



Carlos Abrão: Consumidor não consegue entender o que contrata

A sociedade de consumo nos apresenta diversas margens de manobra e oportuniza a vida irreal no mundo das compras, tantos os produtos, propagandas e invasão de nossas caixas postais com inócuas informações.

Ao lado dessa realidade, precisamos rastrear o crédito responsável, e à altura da classe social brasileira.

Ao que tudo indica parece ter chegado ao fim, se é que teve algum começo racional, o explosivo consumo fundado em regras de endividamento.

As lições não são as melhores, diante do aumento de ações revisionais, consignatórias e o número de demandas contra bancos e financeiras de uma forma geral.

Segundo dados estatísticos, hoje, temos mais de 500 mil veículos aguardando desova e cerca de um milhão de imóveis em todo o País nessa idêntica situação, sem o poder aquisitivo ou o interesse do consumidor.

Não é sem razão, diga-se de passagem, a maioria que pode dá um pulo nos EUA e adquire desde imóvel, até qualquer outro bem durável, por metade do preço e de melhor qualidade.

Inexiste poupança interna e as remunerações salariais não são suficientes para o padrão das classes consumidoras, mais ainda quando a inflação desacelera o valor da moeda.

Precisamos formar uma classe média forte e isso não tem sido possível ao longo de décadas, em razão de uma irracional tributação e o alijamento dela de produtos essenciais, fora de dúvida o desemprego é baixo, mas, em contrapartida, isso não significa muito, haja vista que a massa assalariada recebe para custeio das próprias despesas.

A fome de consumo parece ter passado, mas não o endividamento, e a situação da família brasileira como um todo, houve uma aumento de mais de 40% no número de ações contra bancos, principalmente revisão de contrato e a famigerada cobrança cumulada dos juros remuneratórios.

O consumidor não está preparado, na sua maioria, para entender aquilo que contrata e, ao se deparar com o valor, logo busca rever alguma cláusula ou precisar melhor seu alcance, antes que atinja o atraso e perca o bem por meio da busca e apreensão ou alienação fiduciária.

Bem se observa que o nosso problema não está na produção de bens ou serviços, mas sim na existência de infraestrutura, que permita a circulação e a chamada mobilidade do cidadão.

Greves e mais movimentos sociais inflam um estado de alerta e mesmo de insatisfação da população, às vésperas da Copa do Mundo, toda a mobilização do governo é necessária para se evitar um arranhão de imagem no exterior e prejudicar a realização dos jogos olímpicos em 2016.

De nada adianta o consumidor ter tantos cartões de crédito se não consegue pagar uma só fatura, essa



revisão de valores sustenta a variante do crédito responsável, e não o lucro fácil do sistema financeiro, o qual deve ter o controle do crédito, com a equação da queda dos juros.

Não conseguimos sair do ciclo vicioso dos dois dígitos, nações desenvolvidas passam a praticar juros negativos, e o Brasil, sempre na armadilha da bomba de efeito retardado, é vítima da dívida pública e dos gastos orçamentários exagerados.

De todo esse quadro, concluímos que, sem um replanejamento governamental e empresarial em escala macro, a indústria continuará em baixa, o comércio com poucos negócios e a sobrevivência toda estará no campo e na prestação de serviços, o que não é muito animador, pois perderemos a competição e o jargão do futuro que ainda sonhamos.

Date Created

24/05/2014